

A ocasião para o Brasil mudar

Economia - Brasil

Sábado, 10, e segunda-feira, 12 de novembro de 1984 — GAZETA MERCANTIL

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

A ocasião para o Brasil mudar

por Andrew Whitley
do Financial Times
(Continuação da 1ª página)

sua vez, provocando uma in-
comum perda da auto-
confiança nacional.

Os valores têm sido des-
torcidos, e ocorre também
a perda da credibilidade.
Os brasileiros estão cansa-
dos dos apertos e das pres-
sões geradas pela recente
crise econômica.

As causas do descontenta-
mento são fáceis de ser
identificadas. A classe mé-
dia observou as considera-
veis vitórias alcançadas
nas últimas duas décadas
serem virtualmente des-
truídas. Simultaneamente,
aqueles que se encontram
no fundo do poço social che-
garam a um nível de priva-
ção jamais visto no Brasil.

A habitação, a educação,
os serviços urbanos e o ru-
dimenário sistema previ-
denciário do Brasil estão
todos em situação de crise.

Sob o impacto da mais
severa recessão de que se
tem registro, um sistema
social tradicionalmente
flexível começa a ceder. O
crime atinge proporções
epidêmicas nas grandes re-
giões metropolitanas, am-
pliadas por um incessante
êxodo do interior. Na rea-
lidade, as regras da lei
tornaram-se praticamente
inexistentes em muitas
das principais cidades.

A corrupção, que nunca
antes havia sido tão paten-
te, como, digamos, no Mé-
xico, ampliou-se considera-
velmente, tanto no topo
quanto na base da socieda-
de.

Paralelamente ao des-
mantelamento gradual da
ordem social, cresceu a
perda do sentido do valor
do dinheiro. A inflação no
Brasil era tolerável quando
se encontrava na margem
de 40 a 50% e a economia
vinha crescendo. Entretan-
to, nos últimos dois anos —
no primeiro dos quais a
economia se encontrava
em franco declínio —, a in-
flação esteve por volta de
200%, e não apresenta si-
nais de que irá cair em
1985.

Uma consequência tem
sido o grau apavorante de
desindustrialização, pelo
fato de as companhias con-
centrarem seus esforços na
preservação do valor de
seus patrimônios através
da especulação financeira.

O desempenho econômi-
co dos militares não foi de
forma alguma totalmente
negativo, se se avaliar o
que foi alcançado desde
1964.

Grandes esforços têm si-
do recentemente desenvol-
vidos para diminuir a de-
pendência do País das im-
portações de petróleo. Im-
portantes projetos infra-
estruturais foram desen-
volvidos, e uma estrutura
industrial ampla e diversi-
ficada foi estabelecida.

O outro lado da moeda
tem sido a ampliação das
diferenças na distribuição
de renda e um aumento nos
níveis relativos e absolutos
da pobreza. Proporcional-
mente, um maior número
de brasileiros ganha hoje
em dia menos do que o sa-
lário mínimo oficial (cerca
de US\$ 800 por ano) do que
há vinte anos.

Tanto Paulo Maluf, o
candidato oficial à Presi-
dência, quanto seu rival,

Tancredo Neves, da frente
oposicionista, estão cons-
cientes da crise de expecta-
tivas que irão enfrentar ao
assumir o cargo no próxi-
mo ano. As pressões serão
maiores sobre os políticos
da oposição, mas Maluf
sem dúvida sentirá a ne-
cessidade de adotar medi-
das que poderiam compen-
sar a falta de apoio popular
à sua candidatura.

Os dois candidatos estão
igualmente conscientes de
que no contexto de uma si-
tuação econômica nebulo-
sa, o espaço de que dispo-
rão para realizar suas ma-
nobras será limitado. A ex-
periência da Argentina du-
rante o primeiro ano de seu
retorno à democracia sob o
presidente Raúl Alfonsín
constitui uma lição para os
políticos do Brasil.

Os brasileiros, de ra-
ciocínio mais pragmático,
resolveram também evitar
o erro de desenterrar o pas-
sado. Não haverá investi-
gações sobre esqueletos no
guarda-roupa dos milita-
res, tanto em um governo
de Tancredo quanto no de
Maluf.

AJUSTAMENTO

Nenhum dos dois candi-
datos delineou detalhada-
mente sua plataforma ou
quais as mudanças que in-
troduziria em seu governo.
Ambos ameaçam adotar
uma linha mais dura com
relação a seus credores e
ao Fundo Monetário Inter-
nacional (FMI), mas ne-
nhum chegaria tão longe a
ponto de promover um
rompimento completo. As-
sim, a expectativa é de que
seja alcançado um "modus
vivendi" que permita o
cumprimento do programa
de ajustamento de três
anos imposto pelo FMI, e
que deverá completar-se
em fevereiro de 1986.

Tudo que pode ser dito
com segurança, no momen-
to, é que Tancredo Neves,
um tradicional político bra-
sileiro, provavelmente ado-
taria uma linha mais nacio-
nalista e defenderia uma
crescente e ampla partici-
pação do Estado na econo-
mia.

Paulo Maluf, um empre-
sário milionário que se tor-
nou astuto político, prome-
te governar o Brasil como
uma empresa privada. Suas
habilidades e a adap-
tabilidade dos brasileiros
poderiam torná-lo aceitá-
vel à opinião pública. Mas
muitos temem que ele não
seria capaz de governar
sem apoio dos militares.

Isso não quer dizer que os
militares tenham demons-
trado intenções de retornar
à arena política no futuro
próximo. Após terem pro-
movido o retorno gradual e
ordeiro do poder aos civis,
eles encontram-se ansiosos
em permanecer afastados
da política.

As únicas circunstâncias
sob as quais eles se senti-
riam tentados a intervir se-
ria se qualquer um dos can-
didatos provasse clara-
mente ser incapaz de go-
vernar o País e se ocorres-
sem distúrbios sociais em
larga escala. Mesmo as-
sim, uma atitude desse tipo
exigiria unanimidade entre
os três setores das Forças
Armadas para ensejar um
novo golpe de Estado.

Não há também sério pe-
rigo de que sob um governo
oposicionista os militares
ou os serviços de inteligên-
cia se sentissem tentados a
continuar representando
"um estado dentro de um
estado", vigiando suas tra-
dicionais esferas de in-
fluências. Os políticos opo-
sicionistas estão confiantes
de que seriam donos de sua
própria casa.

CONSTITUIÇÃO

Quem quer que venha a
se tornar presidente em
março próximo — e as
atuais evidências favore-
cem Tancredo Neves, de 74
anos —, assumirá as ré-
deas de um governo reco-
nhecido transitório.

Suas principais tarefas
políticas será preparar o
caminho para uma ampla
reforma da Constituição,
inúmeras vezes emendada,
restaurando o antigo
equilíbrio entre os poderes
Executivo e Legislativo e
entre o governo federal e os
23 estados, e estabelecer

eleições presidenciais dire-
tas para seu sucessor.

Eleições nacionais para
as legislaturas estaduais e
federais deverão ocorrer
novamente em novembro
de 1986. Elas poderiam pro-
vocar um impasse — e as-
sim uma possível crise —
entre Maluf (se for eleito) e
o Congresso, se, tal como
se espera, os partidos de
oposição obtiverem maio-
ria nas duas casas.

Tancredo Neves também
poderia ser responsável
por uma crise se enfrentar
problemas de saúde duran-
te os quatro anos em que
ele diz que governará. A
ala esquerda da coalizão
que o apoiava estaria relutan-
te em permitir que seu can-
didato à Vice-presidência,
um ex-líder conservador do
partido situacionista, assu-
ma.

A tarefa de governar o
Brasil será mesmo mais
difícil pela necessidade de
empreender uma quantida-
de de reformas urgentes.
No topo da lista deve estar
a desindexação da econo-
mia, como a única maneira
de promover a quebra da
espiral inflacionária. Re-
formas monetária e, até
um certo ponto, fiscal tam-
bém precisam ser promo-
vidas com urgência.

POPULAÇÃO

Mais profundamente ar-
raigadas — e consequente-
mente menos passíveis de
ser empreendidas — se en-
contram as antigas ques-
tões da reforma agrária e
do crescimento populacio-
nal.

Segundo as tendências
atuais, a população brasi-
leira deverá crescer mais
que o dobro, atingindo 280
milhões, até meados do
próximo século. No entan-
to, nenhum esforço sério foi
até o momento empregado
para resolver um problema
com relação ao qual a po-
derosa Igreja Católica bra-
sileira permanece inflexi-
velmente contrária a
quaisquer métodos artifi-
ciais de controle.

Inextricavelmente liga-
das a esse problema
encontram-se a questão da

pobreza e a necessidade de
restaurar os recentemente
corroídos padrões de vida.
Como dar emprego aos jo-
vens recém-chegados ao
mercado de trabalho, num
ma época em que tanto a
indústria quanto a agricul-
tura vêm passando por rá-
pidas transformações, vi-
sando a movimentar um
maior volume de capital,
será um grande desafio.

Após duas décadas de re-
lativa calma, o nacionalis-
mo aparenta estar em-
preendendo um retorno, co-
mo se fosse uma espada a
ser acrescentada à arma-
dura econômica do Brasil.
Um indício patente foi a re-
cente aprovação, por am-
pla margem, pelo Congres-
so, de uma legislação que
restringe a participação de
novas companhias estran-
geiras nos importantes se-
tores de processamento de
dados e de telecomunica-
ções, os quais se encon-
tram em franco crescimen-
to.

Apesar das turvas águas
que deverá enfrentar, o
Brasil permanece — como
sempre — um país de gi-
gantescas oportunidades.
Seus recursos minerais e
agrícolas são enormes, sua
força de trabalho laborio-
sa, adaptável e barata. O
capital estrangeiro é tradi-
cionalmente bem tratado e
as oportunidades de inves-
timentos permanecem
boas.

O crescimento retomou
seu curso, após um desa-
quecimento de três anos, e
tudo indica que continuará
em 1985. As exportações es-
tão expandindo-se nova-
mente, sendo responsáveis
por uma parcela cada vez
maior do Produto Interno
Bruto.

Saldar os compromissos
anuais relativos a uma
dívida externa que no pró-
ximo ano deverá atingir
US\$ 100 bilhões poderia,
contudo, representar um
sério problema para o futu-
ro governo. Mas muito irá
depender das atitudes que
os governos e os bancos
credores do Brasil adotem
na próxima semana e nos
próximos doze meses.

por Andrew Whitley
do Financial Times

A disposição e o momen-
to são propícios para que o
Brasil mude. Pode-se dizer
que o País está impaciente.

Felizmente, a transfor-
mação será anunciada
através da transferência
do cargo de presidente do
general João Figueiredo
para um político civil. Mas
a extensão da provável
mudança só virá a ser co-
nhecida após 15 de janeiro,
quando o Colégio Eleitoral
escolher um dos dois candi-
datos.

Os sinos de um tipo dife-
rente de mudança soarão
também neste mês, quando
os ministros brasileiros da
área econômica se senta-
rem à mesa de negociação
com os banqueiros credores
do País para iniciar a
próxima rodada de nego-
ciações relativas ao rees-
calonamento da sua dívida
externa.

Apoiado por uma revira-
volta extraordinária no seu
balanço de pagamentos ex-
terno, um Brasil mais con-
fiante procura obter melho-
res termos e o prolonga-
mento, por vários anos, do
prazo para saldar seus
compromissos.

Parece improvável que o
atual governo, que encerra
seu mandato, irá obter to-
das as condições que alme-
ja de seus credores. A
maioria dos credores do
Brasil prefere esperar até
que o novo governo seja
empossado, para então ten-
tar fechar um acordo que
possa ser duradouro.

Os benefícios políticos
que seriam creditados aos
bancos internacionais por
eles serem generosos com
o próximo governo são
mais amplos do que aque-
les angariados por recom-
pensarem o governo Fi-
gueiredo por sua aquies-
cência em adotar as medi-
das prescritas pelos credores — e os bancos estão
cientes disso. Também eles
desejam ficar do lado dos
anjos.

A desilusão e o descon-
tentamento com a forma
pela qual os militares —
que se encontram no poder
desde 1964 — vêm condu-
zindo os negócios do Brasil
atingem grande profundi-
dade. Esse fator tem, por

(Continua na página 5)